

PLANO **STJ** 2020



# RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Superior Tribunal de Justiça

Junho de 2015

Brasília - DF



**Sumário**

1. PLANO STJ 2020 .....	3
2. INDICADORES .....	4
3. PROJETOS E PROGRAMAS .....	17
4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO .....	18



1. PLANO STJ 2020



**Legenda:**

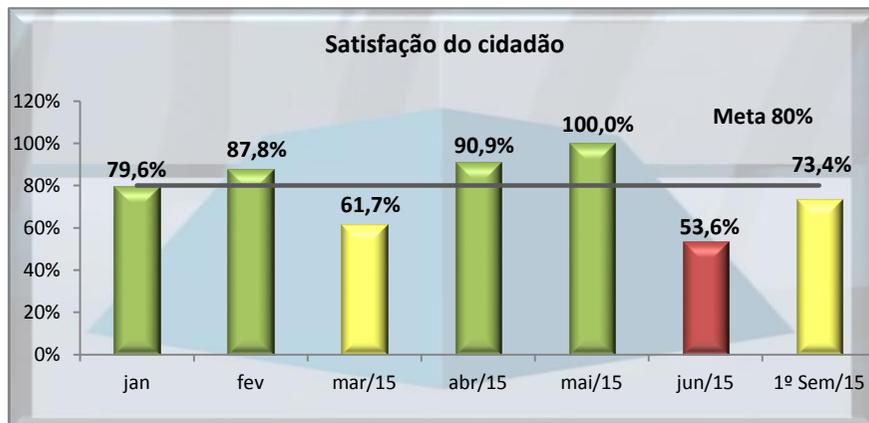
Situação Ótima	Acima de 94,99%
Situação Aceitável	Entre 80 e 94,99%
Situação Crítica	Abaixo de 80%
Não mensurado	
Não aplicável	Sem meta ou em estudo



## 2. INDICADORES



Objetivo: Oferecer serviços com qualidade



**Comentário:** Esse indicador mede o percentual de satisfação dos usuários externos com os principais serviços e infraestrutura oferecidos pelo Tribunal. A meta é atingir 80% de satisfação até 2020. No primeiro trimestre de 2015, a Pesquisa de Satisfação do Cidadão do STJ manteve um bom desempenho. Contudo, no mês de março, verificou-se uma significativa alteração no perfil das respostas com índices idênticos de "ótimo" e "péssimo", o que impactou negativamente o índice trimestral. Durante o segundo trimestre, os dados apresentados continuaram incompatíveis com o que vinha sendo historicamente aferido para o período. Com o intuito de melhorar essa pesquisa de satisfação do usuário, disponibilizada no portal do STJ, está em andamento o projeto estratégico "Pesquisa de Satisfação do Usuário". Com isso, pretende-se possibilitar maior e melhor interação do usuário externo com o Tribunal.

**Questão:** Qual o motivo de alterações tão grandes e recorrentes?

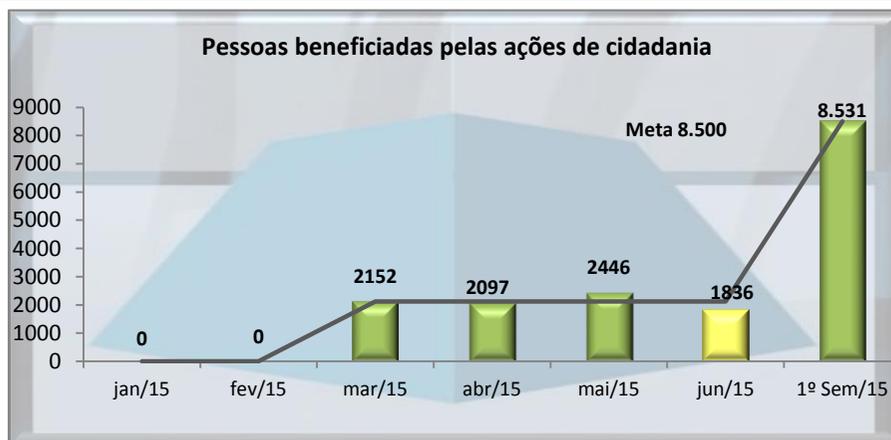
**Hipóteses:** Tais alterações poderiam resultar das modificações por que vem passando o portal do STJ. A pesquisa poderia ter sido alvo de 'robôs'.

**Soluções propostas:** Foi aberto um chamado no SIGA sob o número 1386883 para que a unidade responsável informasse se tais alterações foram resultado de ataques maliciosos ou de algum erro do sistema.

**Nota explicativa:** Até o presente momento não houve resposta ao chamado acima citado.



## Objetivo: Promover a cidadania



**Comentário:** Esse indicador mensura o número de pessoas que usufruem das ações de cidadania promovidas pelo Tribunal, com meta de beneficiar, no mínimo, 17.000 pessoas em 2015. Os fatores que compõem o indicador são ações de cidadania coordenadas por unidades do Tribunal, que têm sido cada vez mais reconhecidas pela sociedade. Visando à melhoria de aferição, para o Plano STJ 2020, decidiu-se pela distribuição das metas entre as várias frentes de atuação trazendo mais motivação aos colaboradores que assim têm mais claro o quantitativo de público a ser recebido sob sua responsabilidade.

Nas ações sob responsabilidade da Secretaria de Documentação (SED) observa-se uma tendência de cumprimento de sua meta de 15.000 beneficiados até dezembro/2015.

Constatou-se ainda que algumas ações sob responsabilidade da Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) foram subestimadas, como a Coleta Seletiva Solidária e as Visitas Solidárias, porém não é possível a realização de uma nova projeção para o restante de 2015.

Quanto às ações sob coordenação da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), o programa VisitaçãO Técnica alcançou 90% de cumprimento, com a participação de 27 estudantes.

**Questão:** 1) Por que algumas ações da AGS foram subestimadas? 2) Por que não foram preenchidas todas as vagas do programa de VisitaçãO técnica da SGP?

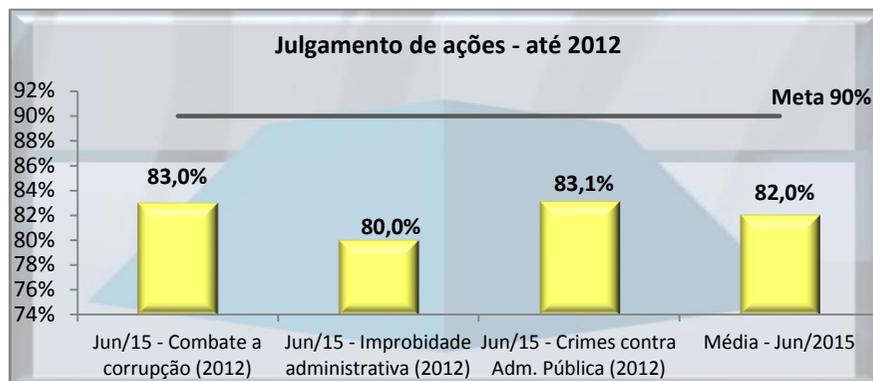
**Hipóteses:** 1) As estimativas foram realizadas quando a equipe da AGS estava desfalcada e não havia servidores destacados exclusivamente para estas a es. 2) Desistências de última hora dos estudantes selecionados, o que impede que haja tempo hábil para convoca o de outros inscritos no programa, já que a logística individual deles envolve aquisi o de passagens e reservas de hospedagem em Brasília.

**Solu es propostas:** 1) Realizar a revisão dessas metas específicas para 2016 de acordo com a nova realidade da equipe da AGS. 2) Ado o de a es que visam neutralizar os cancelamentos de visita es pelos grupos muito próximo das datas marcadas, resultando assim em um maior público atendido.

**Nota explicativa:** AGS - A cooperativa que realiza a coleta dos resíduos do STJ muda conforme suas condi es de funcionamento, pois geralmente enfrenta muitas dificuldades financeiras, e da validade do termo de parceria assinado com o STJ. A Coleta Seletiva Solidária foi subestimada, pois a cooperativa que havia assinado termo de parceria com o STJ tinha 16 cooperados, mas não conseguiu cumprir o termo de parceria com o STJ. Assim, outra cooperativa, essa com 50 cooperados, fez o recolhimento dos resíduos do STJ durante todo o 1  semestre.

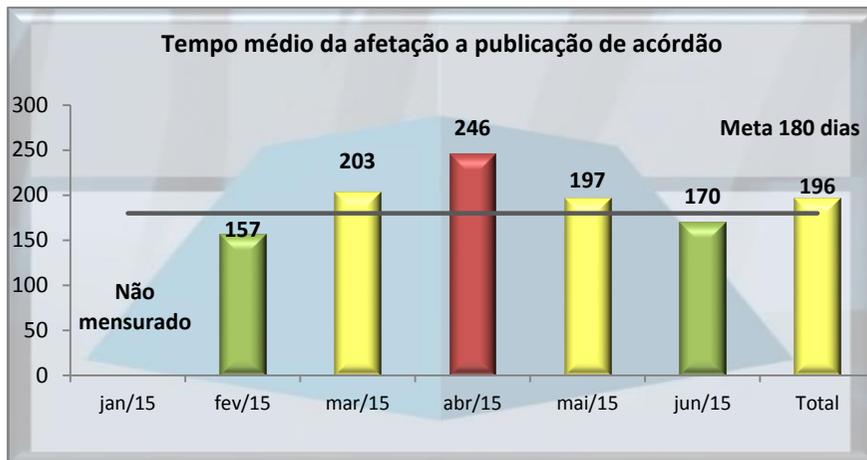
SGP - Em rela o ao programa "Educa o   distância para o público externo", os primeiros cursos serão abertos no segundo semestre, por isso ainda não houve mensura o.

Ao analisar as metas específicas de cada a o de cidadania não foi alcançada a meta global inicialmente proposta de 17.000 pessoas beneficiadas. Porém, como essas metas específicas serão revistas em 2016, decidiu-se, em princípio, pela manuten o da meta inicialmente proposta já que atualmente há tendência de atingimento.

**Objetivo: Priorizar processos relativos à corrupção e improbidade administrativa**

**Comentário:** Esse indicador está alinhado à Meta 4 de 2015 do CNJ, que trata de priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa. Visando ao cumprimento tanto da meta de julgamento das ações distribuídas até 31/12/2012 quanto às distribuídas em 2013, os resultados serão levados por intermédio de relatório ao conhecimento dos gabinetes dos ministros para serem analisados

**Nota explicativa:** O Conselho Nacional de Justiça e o STJ fazem o seu acompanhamento subdividindo-a da seguinte maneira: julgar 90% das ações distribuídas até 31/12/2012; e 60% das distribuídas em 2013. Após, em relação a cada ano, separa em 3 tipos de ação: Combate à corrupção; Improbidade Administrativa; Crimes Contra A Administração Pública. Dessa forma, ocorre a geração de 6 percentuais de cumprimento, sendo 3 em relação ao julgamento dessas ações até 2012 e 3 referentes a 2013. Visando à melhoria na apresentação gráfica, neste relatório será feita uma média dos percentuais de cumprimento dos 3 tipos de ação em relação aos períodos de referências, como pode ser observado nos gráficos.

**Objetivo: Tratar demandas repetitivas e dos grandes litigantes**

**Comentário:** Esse indicador está alinhado à Meta 7 de 2015 do CNJ, que trata de reduzir o tempo médio da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos para 90 dias, até dez/2020. De 2 de fevereiro a 30 de junho de 2015, o tempo médio entre a afetação do processo até a publicação do acórdão foi de 196 dias. Em relação a essa prévia, importante registrar que:

- 1) No mesmo período de 2014, o tempo médio foi de 283 dias, o que demonstra maior empenho do STJ com os recursos repetitivos.
- 2) A Terceira Seção apresentou os melhores desempenhos, em relação ao tempo decorrido. São eles: Tema 917 percorreu as fases de afetação, julgamento e publicação em 98 dias. Um outro dado mais impressionante, foi o Tema 924 que percorreu as mesmas fases em 39 dias. Isso demonstra que, em certos casos, é possível incrementar a agilidade nos procedimentos relacionados aos recursos repetitivos.
- 3) A Segunda Seção foi a responsável pela maioria das publicações de acórdãos. De um total de 13 processos julgados, 7 foram da Segunda Seção. Seção essa, inclusive, que não possui atrasos na liberação de documentos para compor o acórdão para a publicação no Diário de Justiça.

4) A Primeira Seção, a despeito de menos publicações de acórdãos (3 processos), destaca-se pelo grande número de processos levados a julgamento em todas as sessões. Sempre são pautados muitos processos submetidos ao rito dos recursos repetitivos. Ex.: 24/6/2015 – 10 processos pautados; 8/6/2015 – 11 processos pautados. No entanto, é uma característica da Primeira Seção haver pedidos de vista dos processos ou de adiamento de julgamento. Nota-se, contudo, grande empenho de se julgar processos repetitivos.

5) Nesse 1º semestre, não houve publicação de acórdãos de processos julgados na Corte Especial, mas somente de processos afetados antes de 2014, o que não é o foco dessa meta.

O cumprimento da meta prevista passa, necessariamente, por dois fatores: 1) julgamento de processos de grande impacto na sociedade brasileira; e 2) publicação do acórdão. O primeiro fator possui diversas variáveis, não podendo ser medido com critérios objetivos, previamente estabelecidos. O segundo já possui certa margem de atuação, tendo em vista que há a fase de execução manual pelos servidores vinculados a uma das coordenadorias da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ), bem como o envio desses acórdãos a SOJ por servidores dos gabinetes de ministros.

**Questão:** Quais medidas podem ser tomadas para reduzir o prazo dos processos submetidos ao rito dos recursos repetitivos?

**Soluções propostas:** Uma medida que certamente trará resultados para o próximo semestre será a edição de ato normativo pelo Presidente do STJ que disciplinará todas as fases dos recursos repetitivos, com a indicação de prazos para cada procedimento. A minuta desse normativo está sendo analisada e, em breve, será discutida com os demais ministros para aprovação, provavelmente, em setembro de 2015. Com a edição desse normativo, estima-se que o recurso submetido ao rito dos recursos repetitivos terá decisão colegiada no máximo em 60 dias. O prazo de julgamento constante da minuta de normativo possui caráter indicativo e não vinculativo. Já o prazo de publicação do acórdão, por ser dirigido à Secretaria do Tribunal, possui caráter vinculativo. De qualquer maneira, alinhado ao novo CPC que entrará em vigor em mar/2016, há prazo peremptório de 1 ano para que o processo afetado seja julgado. Caso esse prazo seja ultrapassado, a afetação do recurso será cancelada e todos os processos suspensos no país retomarão seu curso normal. Esse cenário que se formará a partir da edição do referido ato normativo sugere que haverá maior celeridade no julgamento e na publicação de acórdãos em recursos repetitivos. Assim, a tendência é que até dez/2015 o período entre a afetação e a publicação seja reduzido.

**Nota explicativa:** O presente indicador é acompanhado pela Comissão Especial de Ministros (Portaria STJ 489/2014). O Coordenador do NURER participa de todas as reuniões da

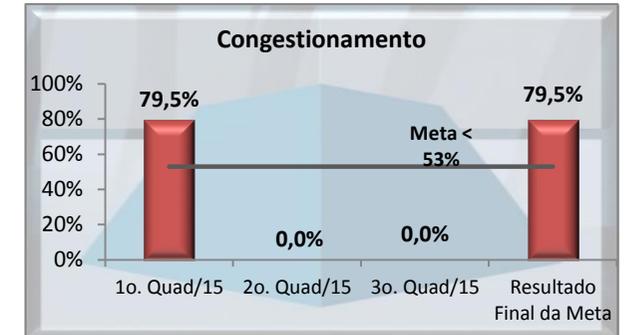
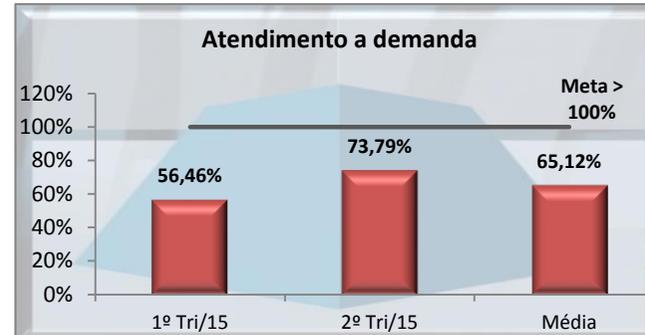
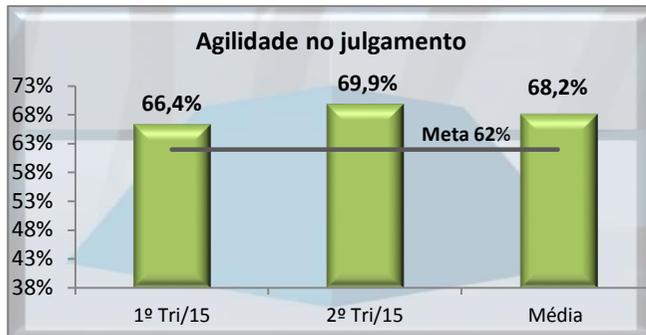


comissão e sempre que possível exalta a necessidade de se privilegiar o julgamento de recursos repetitivos. Para argumentar, são apresentados, mensalmente, diversos relatórios com as situações dos temas, acompanhado de possíveis soluções.

Ficam excluídos os meses de janeiro e julho na mensuração do indicador (RISTJ, Art. 81).



### Objetivo: Buscar excelência na prestação jurisdicional



**Comentário:** Os indicadores estão alinhados às metas de 2015 do CNJ para o STJ.

O indicador *Agilidade no julgamento* busca mensurar o percentual de processos baixados em até 1 ano. A meta para o período não foi atingida somente em janeiro, alcançando 58,4%. Nos demais meses, a mensuração superou o esperado, alcançando expressivos 77% no mês de julho.

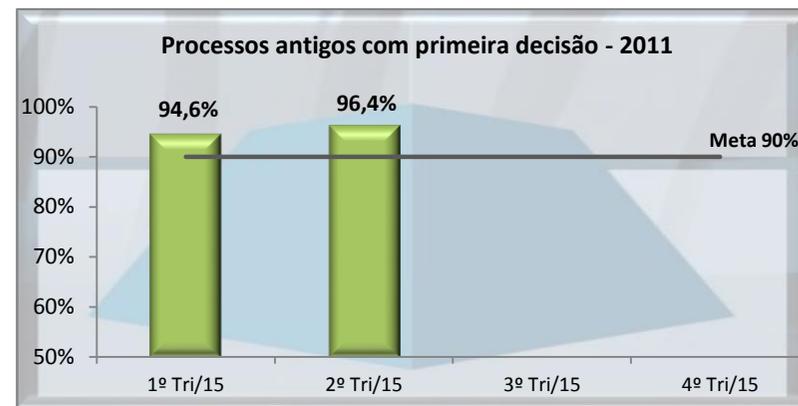
O indicador *Atendimento à demanda* visa monitorar se o julgamento de processos está maior que a entrada de casos novos, demonstrando o esforço gerenciar o acervo. Percebe-se que o Tribunal não conseguiu julgar volume equivalente aos casos novos que entraram no STJ gerando um déficit no montante de 26,2%. Tal fato deve-se ao aumento de 23% nos casos novos concomitantemente a uma queda de 6% nos julgados se comparado ao 1º semestre de 2014.

O indicador *Congestionamento* visa mensurar o índice de processos baixados em relação ao total de processos existentes (casos novos e pendentes). Aqui também foi fator relevante o aumento do número de casos novos apesar de ter sido acompanhado pelo aumento dos baixados na ordem de 8%. Analisando os percentuais mensais para o período têm-se que, se nenhum processo ingressasse no STJ, seria necessário aproximadamente 1 ano e 8 meses para eliminar o acervo existente. Contudo, se a tendência de aumento nos casos novos prevalecer, a previsão é de alcançarmos 65% de congestionamento ao final do ano. Tal fator ganha mais relevância no contexto de início de vigência do novo CPC onde, com a exclusão do exame de admissibilidade na origem, a previsão é que aumente em 40% o número de casos novos no STJ a partir de abril de 2016.

**Questão:** Quais medidas podem ser tomadas para reverter a situação dos indicadores de Atendimento à Demanda e Congestionamento?

**Soluções propostas:** Visando ao cumprimento da meta os resultados serão levados por intermédio de relatório ao conhecimento dos gabinetes dos ministros para serem analisados de forma pormenorizada.

Com o intuito de combater o congestionamento de processos, a Secretaria Judiciária e o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) iniciaram trabalho de triagem realizada em 3 níveis: o dos pressupostos recursais extrínsecos; o da admissibilidade cotejada, quando se tratar de agravo em recurso especial; e o da análise da matéria repetitiva, com o apontamento de teses afetadas e recursos paradigmas. Tal procedimento atualmente filtra cerca de 45% de toda a distribuição, sendo que esses processos deixam de ser conclusos aos gabinetes.



**Comentário:** Esse indicador está alinhado à Meta 2 de 2015 do CNJ, que trata de julgar, até 31/12/2015, pelo menos 99% dos processos distribuídos até 31/12/2010 e 90% dos distribuídos em 2011.

Visando o cumprimento dessas metas em relação aos períodos de referência 2010 e 2011, os resultados serão levados por intermédio de relatório ao conhecimento dos gabinetes dos ministros para serem analisados.

**Nota explicativa:** O Conselho Nacional de Justiça e o STJ fazem o seu acompanhamento subdividindo-a em 2 indicadores, como pode ser observado nos gráficos.

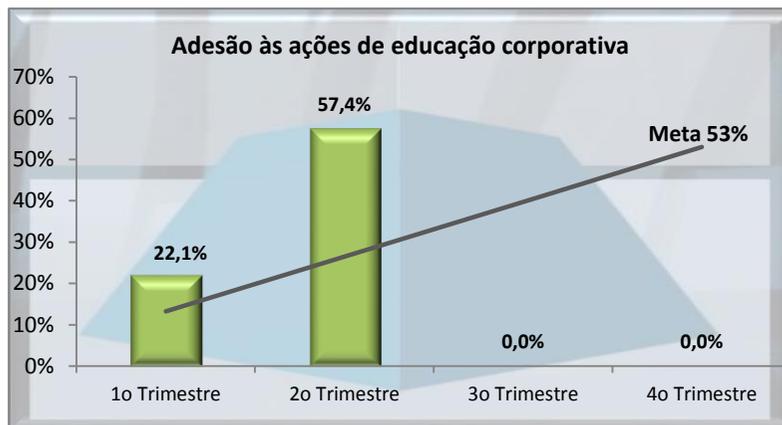
**Objetivo: Aprimorar competências****Desempenho por competências dos gestores**

**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2015, tendo como meta manter, no mínimo, em 90% o desempenho por competência dos gestores.

Ressalta-se que está em fase de consolidação um sistema informatizado (customizado pela STI), e em fase de finalização os formulários avaliativos para o lançamento do ciclo anual avaliativo dos gestores em meados de outubro. Essa avaliação é uma das ações do programa estratégico Aprimore STJ.

Além disso, estão acontecendo reuniões com a SCO, por meio das Coordenadorias de Multimeios e de TV e Rádio, para a realização da campanha de divulgação desse programa e, mais especificamente, desse ciclo avaliativo, garantindo assim uma maior adesão.

Acredita-se que essa campanha de divulgação será primordial para que os gestores preencham os formulários, havendo maior fidedignidade ao medir o desempenho.



**Comentário:** No primeiro semestre, o resultado superou a meta estabelecida para o período. A elaboração antecipada do Plano de Capacitação favoreceu iniciar o ano com ações que atendiam às demandas de desenvolvimento de competências mapeadas e desejadas por servidores e unidades. Essa preparação permite maior adesão por representar o interesse real e as expectativas de treinamento compatíveis com as estratégias setoriais e institucionais.

**Questão:** 1) Quais variáveis contribuíram para o alcance do resultado? 2) Qual o impacto para o desenvolvimento de competências dos servidores do STJ?

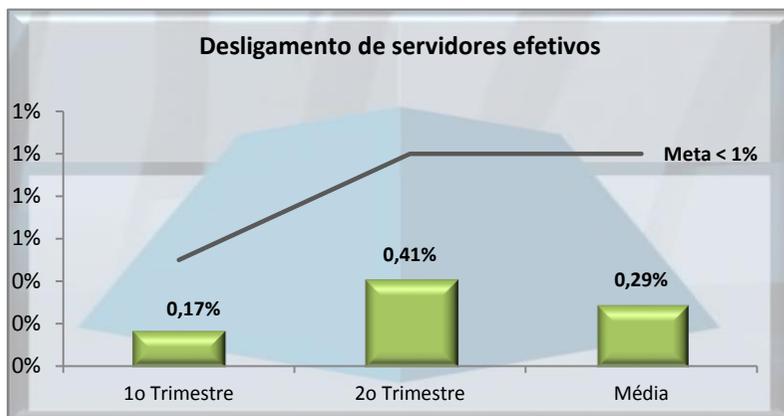
**Hipóteses:** 1) Ações internas de educação corporativa que caracterizam capacitação em massa, ou seja, grande oferta de vagas, geralmente de caráter obrigatório, ou de sensibilização, por exemplo, palestras. 2) Denota-se que, dos aderentes à capacitação, 25% somam no máximo 6 horas de treinamento. Portanto, em geral, participaram de um ou dois eventos de sensibilização ou do Curso SEI, que pelo impacto direto nas atividades administrativas intensificou o índice de adesão pelo caráter forçoso para a manutenção das rotinas de trabalho. Especificamente, esse percentual de participantes aponta uma tendência à valorização do autodesenvolvimento, porém ainda não refletem um comportamento organizacional que represente uma cultura de aprendizagem contínua (valor estratégico) forte.

**Soluções propostas:** 1) Manutenção de previsão das capacitações com antecedência para coleta dos dados e divulgação. 2) Fortalecer o valor aprendizagem contínua com ações promovidas pelo Tribunal.

De toda forma, o indicador será observado nos próximos períodos para verificar se a meta foi subestimada ou a superação tão relevante demonstrou apenas uma ocasionalidade do contexto.

**Objetivo: Atrair e reter talentos****Clima organizacional**

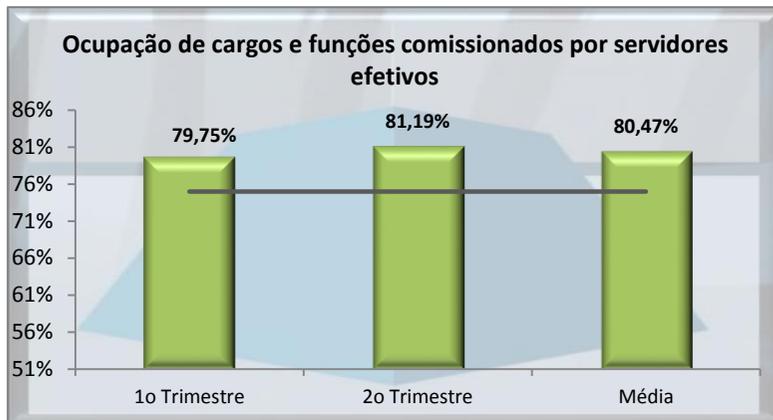
**Comentário:** A última mensuração deste indicador, 76,47%, ocorreu em 2010 e serviu de linha de base para a meta de 80% para o período até 2020. A periodicidade do indicador é bianual, tempo considerado razoável para que o Tribunal execute ações efetivas que possam ser identificadas pelos servidores em uma próxima medição. Na época, os menores índices foram para os fatores: desenvolvimento profissional – 56,65%; espírito de equipe – 58,00% e comunicação - 61,44%. A nova pesquisa de clima está prevista para 2016. Atualmente a CDEP está analisando as alternativas para implementação da pesquisa em abril de 2016.



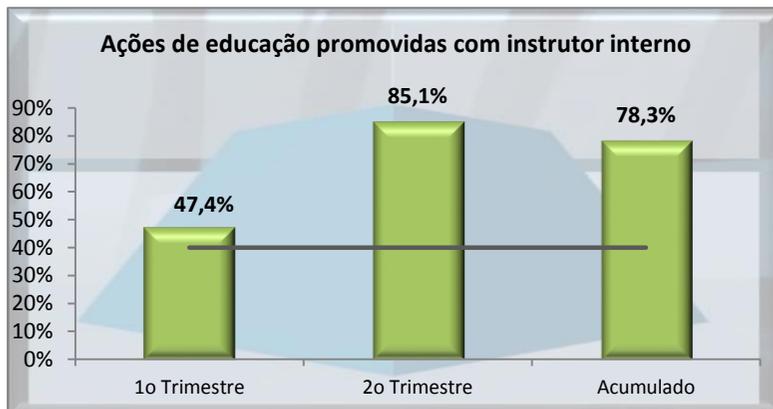
**Comentário:** Esse indicador mensura o percentual de saídas espontâneas de servidores efetivos do quadro de pessoal do Tribunal, com intuito de propor ações para manter esse número abaixo de 2% ao ano.

No primeiro semestre, após análise das entrevistas de desligamento dos servidores que saem do Tribunal, verificou-se que, de modo geral, o principal motivo alegado para justificar a procura por novas oportunidades profissionais está vinculado à remuneração, que atualmente está defasada em comparação com carreiras análogas.

Em nota, o Presidente Ministro Francisco Falcão reafirmou o compromisso de atuar em prol da recomposição salarial dos servidores.



**Comentário:** Esse indicador mede o percentual de preenchimento de cargos e funções comissionadas por servidores efetivos do STJ, tendo a meta de 80% até 2020. O resultado positivo aferido no primeiro semestre se deve à política da atual Administração de valorização dos servidores da Casa e também de estarem estes capacitados para exercerem as funções disponíveis.



**Comentário:** Esse indicador mede o percentual de eventos de capacitação promovidos pelo STJ que são conduzidos por instrutor interno. No 1º semestre, o resultado superou a meta estabelecida para o período, conforme pode ser observado no gráfico. Ressalta-se que no 2º trimestre, a meta foi superada em mais de 100%.

**Questão:** 1) Porque o índice superou de forma tão expressiva a meta? 2) Quais impactos são observados?

**Hipóteses:** 1) O desempenho superior ao esperado é reflexo de dois pontos: o primeiro diz respeito às regras e aos limites financeiros empregados pela atual Administração nas contratações de treinamentos, que veda negociações de alto custo, forçando o recrutamento de instrutores internos. O segundo, refere-se à valorização dos servidores com oportunidade de ganhos reais pelo pagamento da gratificação e pela oportunidade de reconhecimento das competências profissionais. O valor supera muita o percentual posto como meta, porque a linha de base utilizada foi de 2014, que, à época, representava uma política de contratação e organização das ações educacionais diferente da adotada em 2015. O indicador será observado nos próximos períodos para verificar se a meta foi subestimada ou a superação tão relevante demonstrou

apenas uma ocasionalidade do contexto.

2.1) Observa-se, principalmente, em razão dos limites financeiros empregados para contratação, que parte considerável dos treinamentos de maior complexidade, que exigem a seleção de empresas bem qualificadas e com instrutores renomados, não serão realizados esse ano, em virtude do valor elevado da carga horária. Isso pode comprometer o nível desejado para o desenvolvimento de algumas competências técnicas, já que nem sempre é possível encontrar servidor com a formação desejada. Ademais, quando ocorrem excessivas negativas para a mesma área demandante, há como reflexo uma desestimulação a participar do levantamento de necessidades de capacitação realizado anualmente. 2.2) Melhor aproveitamento do conhecimento institucional construídos pelos servidores, bem como, facilita a gestão do conhecimento interno.

**Soluções propostas:** 2.1) Sensibilizar a Administração para importância de realizar alguns treinamentos por meio de instrutoria externa qualificada e renomada, independentemente do valor. Elaborar uma lista de capacitações consideradas essenciais e relevantes.



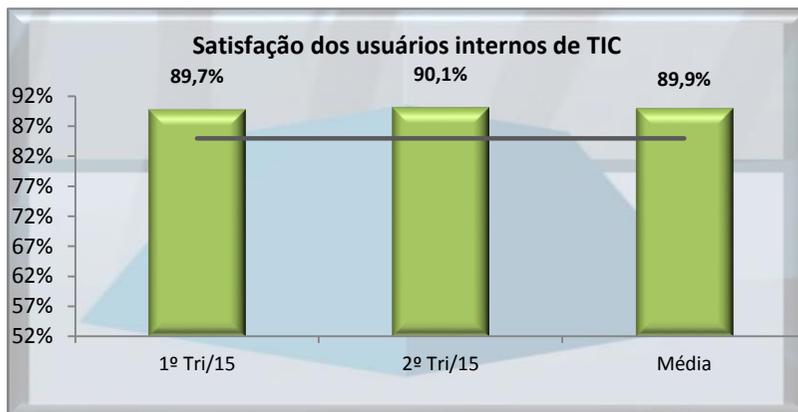
**Objetivo: Garantir a qualidade dos serviços e soluções de TIC**

**Vazão de demandas**

**Comentário:** A meta estipulada para 2020 é reduzir em 50% o congestionamento de demandas. Para o exercício de 2015 ainda não ocorreu a mensuração, pois o indicador possui periodicidade anual. Esse resultado servirá de linha de base.

**Satisfação na entrega de novos serviços**

**Comentário:** A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) ainda não iniciou o preenchimento dos dados referentes ao indicador. O levantamento desses valores será feito mediante a aplicação de questionário para avaliar a satisfação com os produtos entregues. Serão submetidos a essa avaliação os projetos estratégicos que contêm em seu escopo demandas de sistemas implementados pela STI.



**Comentário:** A proposta do indicador é garantir a qualidade dos serviços e solução de TIC, atingindo 90% de satisfação dos usuários internos em relação aos serviços de TI. Foram recebidas várias respostas para a pesquisa de satisfação do cliente interno, alcançando a meta no primeiro semestre de 2015.

A unidade da STI responsável por essa pesquisa de satisfação possui um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) certificado ISO 9.001, demonstrando o foco de sempre buscar a satisfação do cliente.

A parte terceirizada dessa unidade passou por uma transição, para qual foi preciso a realização de treinamentos iniciais de atendimento ao cliente e sobre o SGQ.

Nesse período, ressalta-se ainda a melhoria no SAC para separar o atendimento ao cliente externo de TI, buscando deixar o ramal interno 9393 disponível por mais tempo.

Também foram alocados mais 3 técnicos para o atendimento remoto, monitorado por indicadores de ligações atendidas, perdidas e abandonadas.

Para o atendimento presencial, foi implantada a visita técnica diária (ronda) em todas as unidades do STJ.

 **Objetivo: Fortalecer a governança institucional** **Governança de pessoas**

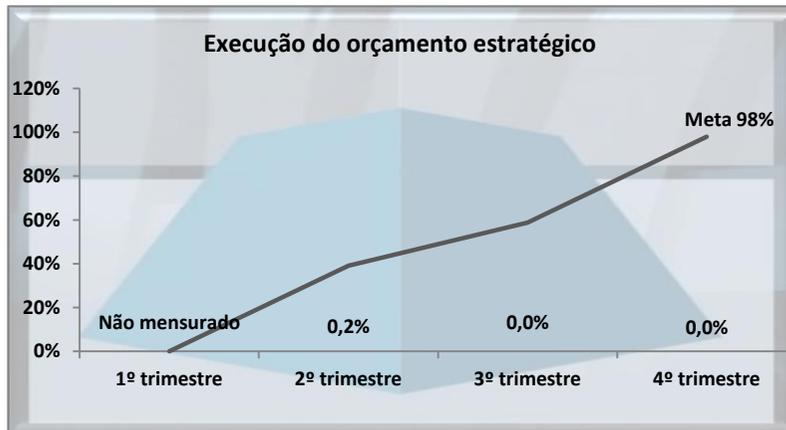
**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual e será mensurado apenas ao final de dez/2015. A meta para 2020 é alcançar o estágio “intermediário” em grau de maturidade em governança de pessoas, com percentual de cumprimento de 52%.

 **Governança institucional**

**Comentário:** O indicador possui periodicidade anual, devendo ser mensurado somente em dezembro de 2015. Visa medir o grau de maturidade do STJ em relação aos critérios: estratégia, controle e liderança, conforme questionários aplicados anualmente pelo TCU. Os resultados referentes a 2014 servirão de linha de base para o desdobramento das metas anuais até 2020, porém ainda não foram divulgados pelo TCU. Apesar disso, cabe comentar que o Tribunal já está atuando para a melhoria do desempenho, tendo aplicado, por exemplo, questionário específico para verificar o conhecimento da estratégia por parte dos colaboradores do tribunal, o que resultou na elaboração de um plano de comunicação, para adequada divulgação do Plano STJ 2020. Em paralelo, outro questionário está sendo aplicado setorialmente para avaliação dos controles internos das unidades alinhadas à estratégia do STJ. Os dados apurados geram ações setoriais que, somadas, agregam valor à governança institucional. Cabe informar que as ações com foco em liderança são acompanhadas pelo projeto estratégico Aprimore. Por fim, ressaltam-se as tratativas para implantação da gestão de riscos nesta Corte, adotada em alguns projetos estratégicos e com previsão de ser aplicada a alguns processos de trabalho. Está prevista também a realização de um seminário sobre o tema “Governança” ainda em 2015.

 **Governança de TIC**

**Comentário:** A meta para 2020 é alcançar o estágio “Aprimorado” em grau de maturidade em governança de TIC, com percentual de cumprimento a definir, pois ainda não há uma linha de base, prevista para dez/2015, pois o indicador possui periodicidade anual. Até o momento o Tribunal de Contas da União (TCU) não divulgou o resultado da última avaliação referente ao desempenho do STJ, relativa ao exercício de 2014.

 **Objetivo: Assegurar e gerir o orçamento**

**Comentário:** O indicador mensura a execução do orçamento estratégico com o percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor autorizado para tal. No primeiro semestre, constatou-se uma execução de apenas 0,23% do orçamento estratégico.

Na proposta orçamentária 2014, ano execução 2015, constam 4 projetos estratégicos, a saber:

1) Projeto Agilis - A equipe de gestão do projeto realizou atividades relativas ao planejamento da contratação tais como o preenchimento de artefatos recomendados conforme IN n. 4. Consta do processo STJ 11627/2011 que as propostas comerciais que atendiam aos requisitos técnicos definidos pelo STJ apresentaram valores muito acima da estimativa orçamentária. O valor médio das cotações foi de R\$ 22.884.614,24. Em razão do alto custo, a SED entendeu ser razoável suspender o processo licitatório. Como solução alternativa, foi implantada a ferramenta de gestão documental, disponibilizada pelo TRT4: o sistema SEI. Dessa forma, o objeto de aquisição foi implantado no STJ, sem os custos previstos de aquisição. Com a Solicitação de Mudanças n. 1, ampliou-se seu escopo e o projeto tornou-se "Programa de Gestão Documental do STJ", no qual a previsão orçamentária prevista originariamente para contratação, foi remanejada para a Fase 6 do referido programa: "Modernização do Arquivo Central". Essa atividade prevê

obras para instalação de espaço de armazenamento e guarda de documentos, com condições de conservação e preservação adequados.

2) Projeto Aprimore STJ – Originalmente, para 2015, estavam previstos na proposta orçamentária R\$ 220.000,00. Entretanto, conforme consta do processo SEI STJ n. 6231/2015, folha 117, a administração autorizou a contratação da empresa LEME Consultoria pelo valor de R\$ 42.138,48. No segundo trimestre de 2015, foi efetuada liquidação e pagamento de R\$ 14.046,16.

3) Alinhamento STJ 2020 – na proposta orçamentária foi previsto o valor de R\$ 175.000,00, para aquisição de software para a gestão estratégica. Conforme o cronograma do projeto, o desembolso desse valor está previsto apenas para o 4º trimestre de 2015, tendo em vista a necessidade de elaboração de toda a documentação para iniciar o processo licitatório. Como não havia valor a ser executado nesse trimestre, a meta foi alcançada.

4) Integra: Há um orçamento previsto para execução em 2015 no valor de: R\$ 12.120.000,00. Até o presente momento, não houve execução orçamentária. Estava prevista a liquidação da fase 2 que encontra-se em atraso de entrega por parte do fornecedor. Para a ação de capacitação do projeto, houve um pré-empenho no valor de R\$142.449,50. O processo SEI STJ n. 20123/2015, que trata dessa ação está para análise e manifestação pela AJU para a contratação por inexigibilidade. A CDEP/SGP informou que não serão realizadas em 2015 as aquisições previstas no valor de R\$ 20.000,00 relacionadas a Material de apoio e divulgação (banner, canetas, pastas, blocos de anotação, entre outros).

**Questão:** Por que a meta não foi alcançada?

**Hipóteses:** Problema com fornecedores? Erros nas estimativas orçamentárias?

**Soluções propostas:** Atuação dos gestores do projeto Integra com os fornecedores, SAD e AJU a fim de solucionar problemas relacionados à execução orçamentária do projeto Integra. Sugestão de remanejamento do orçamento para a aquisição do software demandado pelo projeto Alinhamento STJ 2020.



**Comentário:** Esse indicador mede a execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, acrescido dos créditos suplementares. No primeiro semestre de 2015, a evolução da execução do orçamento mostrou crescimento regular. E de forma habitual, como era esperado, os grupos de Pessoal e Custeio (1 e 3) tiveram execuções maiores que a execução do grupo de Investimentos (4).

**Nota explicativa:** Importante ressaltar que a LOA/2015 foi publicada, apenas, no dia 20 de abril. E dessa forma, a execução orçamentária foi realizada, até o final do mês de abril, na proporção 1/12 avos em relação ao Projeto de LOA/2015.



## 3. PROJETOS E PROGRAMAS

Nome do projeto	Início	Término	% Concluído	Farol do Tempo Pri	Área Temática	Proprietário	Unidade Gestora	Última publicação	Processo Administrativo
Alinhamento STJ 2020	24/2/2015	2/12/2016	26%	☹️	Administrativo	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria	AMG	6/8/2015	SEI - STJ 15785/2015
Modernização da Infraestrutura Tecnológica da Taquigrafia	5/8/2015	21/10/2016	0%	🚫	Administrativo	Guilherme Mendonça Tufenkjian	SOJ	6/7/2015	SEI - STJ 16747/2015
Importação de Metadados dos Tribunais de Origem	16/1/2015	10/3/2016	13%	🚫	Judicante	Oliomar Rezende de Castro	SJD	4/8/2015	SEI - STJ 16743/2015
E-PET	15/7/2015	23/2/2016	0%	🚫	Judicante	Frederico Augusto Fonseca dos Santos	SJD	15/7/2015	SEI - STJ 16740/2015
Gerenciamento e Controle de GRU das Custas Processuais	15/7/2015	15/2/2016	0%	🚫	Judicante	Jorge Gomes de Andrade Cruz Júnior	SJD	15/7/2015	SEI - STJ 16741/2015
Integra	31/12/2013	30/12/2015	25%	😊	Administrativo	Marta Juvina de Medeiros	SGP	19/2/2015	SEI - STJ 15887/2015
Pesquisa de Satisfação do Usuário	7/1/2015	3/12/2015	24%	😊	Administrativo	Tatiana Aparecida Estanislau de Souza	OUV	13/8/2015	SEI - STJ 12839/2015
Gestão de Riscos	30/10/2014	25/11/2015	59%	😊	Administrativo	Wilmar Barros de Castro	AMG	14/8/2015	SEI - STJ 10717/2015
Intimações Eletrônicas	4/5/2015	18/9/2015	51%	😊	Judicante	Crisley Lobo Elias	SOJ	14/7/2015	SEI - STJ 16750/2015
Modernização do sistema de controle de acesso	2/2/2015	14/9/2015	0%	🚫	Administrativo	Jair Pereira da Silva	SSE	6/7/2015	SEI - STJ 16758/2015
Gestão de Processos Múltiplos	17/3/2015	14/8/2015	87%	🚫	Judicante	Marcelo Ornellas Marchiori	NURER	14/7/2015	SEI - STJ 16742/2015
ARESP	15/7/2015	15/7/2015	0%	🚫	Judicante	Ana Carolina Leone Espindola Costa	SJD	15/7/2015	SEI - STJ 16738/2015
Gestão Documental do STJ	15/7/2015	15/7/2015	0%	🚫	Administrativo	Julio Cesar de Andrade Souza	SED	15/7/2015	SEI - STJ 16751/2015
Gestão Socioambiental	15/7/2015	15/7/2015	0%	🚫	Administrativo	Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini	AGS	15/7/2015	SEI - STJ 16757/2015
Memória e Cultura do STJ	15/7/2015	15/7/2015	0%	🚫	Administrativo	Valmir Domingues Vargas	SED	15/7/2015	SEI - STJ 16753/2015
Metodologia de Apuração e Análise de Custos	15/7/2015	15/7/2015	0%	🚫	Administrativo	Paulo de Sena Lopes Rodrigues Ribeiro	SOF	15/7/2015	SEI - STJ 16745/2015
Modernização dos Trâmites Processuais nos Órgãos Julgadores	15/7/2015	15/7/2015	0%	🚫	Judicante	Márcia Ivanira Mesquita Dias	SOJ	15/7/2015	SEI - STJ 16748/2015
Portal 2020	30/6/2015	30/6/2015	0%	🚫	Administrativo	Carlos Eduardo Lessa de Farias	SCO	15/7/2015	SEI - STJ 16749/2015
Aprimore STJ	13/5/2013	19/6/2015	73%	😊	Administrativo	Marta Juvina de Medeiros	SGP	19/2/2015	SEI - STJ 15883/2015
Ampliação do Sistema de Circuito Fechado de TV - CFTV	7/1/2015	12/5/2015	0%	🚫	Administrativo	Jair Pereira da Silva	SSE	6/7/2015	SEI - STJ 16737/2015
MNI - Modelo Nacional de Interoperabilidade	22/7/2013	26/1/2015	43%	😊	Judicante	Montgomery Wellington Muniz	SJD; SOJ	6/2/2015	SEI - STJ 15910/2015
Semear Inclusão	7/1/2015	7/1/2015	0%	😊	Administrativo	Simone Pinheiro Machado de Souza	SIS	5/8/2015	SEI STJ - 16755/2015

Fonte: Project Web App, disponível em: <http://projeto/pwa>.

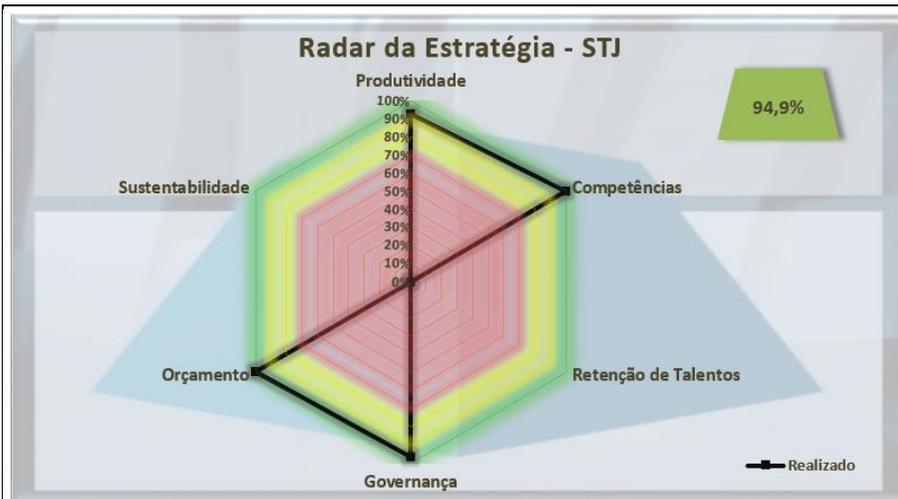
**Comentário:** Observa-se na figura que o portfólio estratégico atualmente conta com 22 projetos e programas.

Essas iniciativas encontram-se em fase de planejamento em que é esperada a definição de escopo e a conclusão do cronograma. O Escritório Corporativo de Projetos (ECP), que funciona junto à CPES/AMG, tem realizado reuniões com os gestores a fim de concluir essa etapa. O ECP tem também atuado proativamente no sentido de coletar periodicamente os desafios vivenciados pelos gestores visando soluções efetivas junto às unidades de interface com a ação ECP Parceiro. Entre os desafios vivenciados no trimestre, destacam-se:

- **Problemas de comunicação** – tal fato demonstra as mudanças recentes que ocorreram na SCO. O ECP pretende realizar contato com o atual secretário repassando as pendências existentes para retomada das ações.
- **Priorização** - neste contexto, pretende-se realizar a 1ª Reunião de Análise Estratégica (RAE) com a sensibilização dos gestores quanto à importância de priorizar os projetos estratégicos.
- **Equipe** - no que tange aos problemas relacionados à equipe, o ECP entende que é necessária maior interação do gestor do projeto com o patrocinador para viabilizar a resolução das questões apresentadas, como criação de estrutura própria, consolidação dos planos de equipe de projetos, ou instituição de equipes multidisciplinares (comissões) formalizadas em portarias, com entrega de resultados em prazos definidos.



#### 4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO



##### Legenda:

Situação Ótima	(Acima de 90%)
Situação Aceitável	(Entre 70 e 89%)
Situação Crítica	(Abaixo de 70%)
Não Mensurado	
Não Aplicável	

No primeiro semestre de 2015, o Tribunal obteve média de **94,9%** no **radar da estratégia**, índice considerado ótimo conforme metodologia adotada para o alinhamento das unidades ao Plano STJ 2020. Importa ressaltar que foram considerados apenas os resultados obtidos com a SJD, a SJR e a AMG. Para o segundo semestre, estão previstas também a SAD e a SGP.

O critério **produtividade** diz respeito à contribuição específica das unidades para a estratégia institucional, ou seja, aspectos diretamente relacionados ao negócio setorial. O desempenho observado nesse critério foi de 92%, demonstrando o empenho em cumprir as metas estabelecidas em seus painéis de contribuição para a estratégia do STJ.

Observou-se que as unidades alinhadas atingiram 100% de desempenho no critério **competências**, que está voltado aos indicadores estratégicos desdobrados do objetivo “aprimorar competências”. O índice apurado demonstra que SJD, SJR e AMG ultrapassaram a meta do período, que era treinar, no mínimo, 26,5% dos servidores da unidade, visando lacunas na formação profissional e melhorar a performance individual.

A **governança** traduz-se pela verificação da qualidade dos mecanismos dos controles internos administrativos da unidade e obteve um resultado expressivo de 97% no período avaliado, evidenciando suficiência desses controles para garantir, com razoável segurança, a eficácia e a eficiência das atividades frente aos objetivos traçados para as unidades alinhadas.

O critério **orçamento** mede o desempenho dos indicadores setoriais desdobrados do indicador estratégico “execução do orçamento estratégico” e também obteve 100% no primeiro semestre deste ano. Ressalta-se que foi possível mensurar apenas a execução orçamentária de um projeto estratégico, situação que certamente mudará no próximo semestre.

Apenas dois critérios não foram mensurados no período, a **retenção de talentos**, indicador cuja periodicidade de medição é bianual, e a **sustentabilidade**, que depende de definição do indicador padrão setorial, ambos desdobramentos de indicadores estratégicos do Plano STJ 2020.